

**H**á anos temos tentado estabilizar a economia brasileira e buscar novas estratégias de crescimento. Equipes econômicas se sucedem — algumas com estratégias mirabolantes, outras só com feijão e arroz. As dificuldades para estabilizar a economia e retomar o crescimento no Brasil são diversas. Nos últimos dez anos, as causas do desencontro são cumulativas: crises do petróleo e da dívida externa, maxidesvalorizações, endividamento externo e interno do estado, sobreindexação defensiva de preços e salários, planos heterodoxos. Os solavancos da política econômica aumentam a instabilidade e deixam os agentes arrepiados. A desorganização paralisa, reduz investimentos e desincentiva a produção, gerando desperdícios.

Com o governo Collor, uma idéia requerente-



da passa a ocupar lugar proeminente, qual seja: numa economia capitalista, os agentes econômicos respeitam o mercado, e, se não se comportam bem, aumentando preços ou salários, nada como uma recessão para dar um jeito. A ameaça de uma profunda recessão passou a ser parte do discurso oficial. Ela veio vagarosa e mansa, tem-se aprofundado, mas já se fala em recuperação. Será um bom sinal — o da recuperação? Estará cumprida a missão saneadora da recessão? Se a resposta for sim, porque a inflação se estabilizou, ótimo. Se a resposta for não, porque a inflação pode voltar a acelerar, não há o que comemorar com a recuperação.

De fato, os números da recessão são retumbantes, e seus efeitos, mediocres. Na indústria paulista, existem 1.150.000 desempregados contra 653.000 em fevereiro de 1990 (um aumento de quase 100%), o salário real médio caiu 33.7%, e a folha real 38.1% no mesmo período (dados da Seade). A inflação está na casa dos 8%, mas o que importa é que, de fato, ninguém está seguro de que se estabilizou, e, até prova

em contrário, se a recessão é o remédio, melhor que não haja recuperação.

Resta uma pergunta: será a recessão o remédio? Não é que existam alternativas fáceis à mão, mas, que seja por curiosidade apenas, parece importante averiguar porque a recessão tem sido impotente no Brasil.

O Brasil tem dois mercados. O mercado da subsistência, dos que agonizam com salários de fome. E um outro mercado — uma butique — composto por 10% da população que recebem 50% da renda gerada e detêm 70% da riqueza do país. Com a recessão, a situação dos consumidores piora nos dois mercados, mas o efeito é diferenciado. Para dar um exemplo: a produção de automóveis cresceu, ao longo de 1990, de 165.346, no primeiro trimestre, para 194.142, no último trimestre. Estes números incluem exportações, mas a parcela das vendas domésticas é dominante. Um paradoxo interessante: como é possível conciliar o crescimento na venda dos carros com aumentos da ordem de 100% do desemprego e quedas de 30% no poder de compra dos salários no maior centro industrial do país?

O mercado dos 10% é maior do que o da Bélgica, e o dos 5% tem um padrão de vida mais alto do que o belga. Neste mercado, a recessão incomoda, mas, na média, o nível de consumo caiu muito menos do que no mercado dos 90%. É que a queda da renda neste mercado tem um efeito muito limitado sobre o consumo. O efeito curativo da recessão sobre a inflação depende do que se passa com a demanda pelos produtos. Se a demanda cai pouco no mercado dos 10%, as empresas prestadoras de bens e serviços têm pouco incentivo para reduzir preços.

A sensação de desperdício é enorme. Quantos são os que gostariam de ter um emprego mais bem remunerado, ou ter um emprego, simplesmente, e poder ter um padrão de vida melhor? Este desperdício não faz sentido: onde existem carências de consumo tão flagrantes e recursos naturais tão abundantes como no Brasil, e onde cada trabalhador empregado a mais é mais um consumidor, o que limita o crescimento do emprego e do padrão de vida da população? A resposta está na opção de política de estabilização

adotada e sua ineficácia no contexto brasileiro. Há limites estruturais para a condução da política econômica. A insensibilidade do consumo dos 10% reduz a eficácia da estratégia recessiva e requer uma recessão mais profunda e prolongada. Esta é uma constatação, não uma proposta.

Quanto a retomar o crescimento, sem dúvida, é preciso voltar-se para o mercado externo, até mesmo porque é necessário especializar a produção. Se para exportar faz falta ser mais competitivo, é melhor que se valorize o crescimento da produtividade ao invés de encolher os salários. Na Coréia, maior fenômeno exportador das últimas duas décadas, os salários reais têm crescido a uma taxa média de 10% ao ano. Será porque os salários crescem que a produtividade aumenta?

Não há saída fácil para o impasse distributivo em que se encontra o Brasil. Mas é preciso reconhecer que a iniquidade está na base do insucesso da política econômica no país.

*O autor é professor associado de Economia da PUC-RJ*